

Pronunciamento do Dr. Luiz Flávio Borges D'Urso, Presidente da OAB-  
SP, por ocasião da Sessão Solene de posse dos novos dirigentes do Tribunal  
Regional Federal da Terceira Região,  
eleitos para o biênio 2012/2014  
  
Teatro Municipal de São Paulo  
02 de abril de 2012

Exmo. Sr. Desembargador Newton De Lucca

DD. Presidente do Tribunal Regional Federal da Terceira Região

Exma. Sra. Desembargadora Maria Salette Camargo Nascimento

DD. Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da Terceira Região

Exmo. Sr. Desembargador Fabio Prieto de Souza

DD. Corregedor-Geral Regional do TRF da Terceira Região

Senhoras e Senhores Desembargadores

Minhas Senhoras, meus Senhores

A Seccional Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil sente-se muito honrada por poder expressar no Teatro Municipal de São Paulo, esta magnífica casa centenária- que já reuniu tantas figuras de expressão do mundo artístico, as vozes dos 350 mil advogados paulistas e compartilhar com os Senhores Desembargadores e Senhoras Desembargadoras o momento solene de posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional Federal da Terceira Região.

Iniciamos nossa breve mensagem pela lembrança de que assume,

pela primeira vez, o comando desta Egrégia Corte um representante do quinto constitucional, representando a classe dos advogados, o insigne advogado Newton de Lucca, vice-presidente do Instituto de Derecho Privado Latinoamericano, professor titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, pela qual obteve o Título de Doutor. Os advogados paulistas se orgulham de ver um dos seus pares galgando um dos mais elevados patamares da esfera judiciária.

Destaco esse fato por vermos que ainda existe incompreensão quanto ao Quinto Constitucional. O evento de hoje é a mais contundente demonstração de que esse estatuto precisa ser garantido e preservado, ao contrário de pessoas que enxergam nele uma rota fechada aos advogados. Não podemos admitir silenciosamente que profissionais que militam na esfera do Direito =- em qualquer uma de suas áreas – venha a público falar contra o Quinto Constitucional.

Por isso, ressalto o simbolismo desse momento solene, quando um par originário da Advocacia chega à direção do TRF da 3ª Região.

Para a presidência desta Corte, Sua Excelência traz a vasta experiência de 15 anos de magistratura, 25 de advocacia e mais de 10 de docência, sob o compromisso de, com humildade, “recolocar o TRF do lugar proeminente que lhe está reservado, seja pela magnitude de sua importância seja por sua destinação histórica”, conforme expressou em nosso Jornal do Advogado.

Rejubilamo-nos pela intenção que manifesta de aperfeiçoar o modelo de gestão da Corte, por meio de uma reforma administrativa. Seu plano de informatização da Casa, meta que se faz presente em todas as suas manifestações, tem como foco o anseio comum à todas as instâncias do Poder Judiciário, qual seja a aceleração dos trabalhos e decisões.

Concordamos com o presidente Newton de Lucca quando Sua Excelência sugere ao Executivo Federal deixar de transferir ao Judiciário funções que lhe são inerentes, como explica:

- Se o INSS tivesse o mínimo de condições de razoabilidade no seu trabalho, nós teríamos 80% menos processos. O Poder Público brasileiro é o maior responsável pelo congestionamento.

Somando-se aos problemas decorrentes da defasagem da informatização e da judicialização de questões atinentes ao Executivo, está a ausência de autonomia financeira. O Poder Judiciário, como se sabe, recebe apenas 2,37% do valor que a Lei Orçamentária Anual no. 12.595 atribui ao Poder Executivo. O descompasso é enorme. Para a prestação jurisdicional célere, eficiente e adequada nas unidades que compõem a 3ª. Região são necessárias dotações orçamentárias correspondentes às demandas.

Temos de registrar, ainda, a visão do ilustre presidente do TRF a respeito das medidas voltadas para o que chama de “saída satisfatória da justiça”, um conjunto de ações para reduzir o passivo do Tribunal, e que abrigam o aprimoramento das regras processuais, em especial, a utilização dos sistemas alternativos de composição, dentre os quais a conciliação, ferramenta para a busca de soluções antes de acionamento do Judiciário.

Senhoras e Senhores

O momento se apresenta propício para expressarmos breve mensagem sobre a imagem do Judiciário. Nos últimos tempos, temos visto expandir-se um acervo de críticas envolvendo Tribunais e alguns de seus Membros. Em tela e sob fosforescência, o papel do Conselho Nacional de Justiça.

A OAB-SP expressa sua preocupação diante de alguns posicionamentos que tentam macular a imagem do Judiciário.

Mais um importante desafio se apresenta diante daqueles que assumem a frente das Cortes: reverter o desgaste que a imagem do Judiciário vem sofrendo junto à sociedade brasileira; evitar riscos à legitimidade do simbolismo representado pelo mais elevado dos Poderes da República.

A grandeza de espírito e o bem da coletividade devem guiar os passos de todos membros dos Três Poderes, especialmente de Juízes e Desembargadores, pois estes se encontram investidos da função pública de fiscalizar o cumprimento da Ordem Jurídica do Estado e os interesses da sociedade.

Temos assistido a uma avalanche de denúncias de corrupção, enredo que não escolhe mais lugar nem personagens. Perpassam por todos os Poderes que erigem a *Res Publica*, envolvem cidadãos comuns, empresários e organizações da sociedade civil. É como se estivéssemos diante de um doente crônico – o Estado brasileiro -, acometido de uma patologia pandêmica e hereditária. Cabe a todos os Operadores da Justiça trabalhar para reverter o processo de deterioração da imagem da nossa estrutura jurídica. Não podemos e não devemos, assistir, inertes, ao definhamento de um dos eixos básicos do Estado de Direito.

Devemos, por outro lado, nos empenhar para aplicar os rigores da lei em todos os espaços da vida institucional.

A Lei da Ficha Limpa – que existe para dizer o óbvio - existe para demonstrar a possibilidade de introduzir mecanismos de controle sobre o Estado, exigindo, para tanto, uma trajetória ética e legalmente irretocável de nossos representantes políticos. Aí está também a Controladoria Geral da União, com o seu papel de fiscalizar os atos do Executivo, responsável, entre outros, pela execução orçamentária de áreas de arrecadações e repasses bilionários. E finalmente, temos o Conselho Nacional de Justiça, com a função precípua de apurar possíveis desmandos, desvios e ilícitos

que venham a ser cometidos no Judiciário. Claro, entendendo-se que esse Conselho deve se pautar pelo bom senso, sabendo distinguir que a “diferença entre o remédio e o veneno é a dose”, de acordo com o ditado que a avó do nosso presidente De Lucca costumava recitar.

A própria Ordem dos Advogados do Brasil muito se empenhou para que o País conquistasse uma instituição com o perfil do Conselho Nacional de Justiça, mas reconhecemos que no campo do Direito não cabem interpretações unívocas. Portanto, torna-se fundamental que o CNJ seja guiado pelo espírito magnânimo e pelos princípios éticos, os mesmos que devem, afinal, compor o perfil do Homem Público.

Senhoras e Senhores

Em palavras finais, quero expressar a minha crença de que as Cortes brasileiras, em especial esta Corte sediada em solo Paulista, dada a grande representatividade que possui sobre a estrutura da Justiça Federal no País, se esforçarão para aprimorar seus instrumentos de interlocução com a sociedade, recompor e fortalecer sua imagem de “guardiões da lei”, aperfeiçoar seus procedimentos, justamente acentuando o uso das tecnologias de informação e comunicação, e transformar-se em paradigma de um Estado com foco no bem da coletividade.

Urge aperfeiçoar os mecanismos de controle das malhas dos Três Poderes do Estado, de forma a que possamos dar lisura, racionalidade e eficiência ao uso do dinheiro público; de maneira a assegurarmos os altos interesses da Nação. Esta Egrégia Corte tem plenas condições de elevar esta bandeira.

Estamos certos que o Exmo. Sr. Presidente, a Exma. Sra. Vice-presidente e o Exmo. Sr. Corregedor Geral conduzirão com brio,

tenacidade e competência este Tribunal Regional Federal pelos dois próximos anos.

Que Deus os ilumine!

Muito obrigado!